

“Cara, eu sou umbandista!”: culturas religiosas e antagonismos na escola

Raquel Carine de Moraes Martinsⁱ 

Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil

Davison da Silva Souzaⁱⁱ 

Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil

1

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo compreender como as escolas vem dialogando ou não com as culturas religiosas a partir de seu cotidiano e dos sujeitos que a envolvem, com destaque para as experiências advindas da disciplina de Ensino Religioso. A abordagem metodológica teve caráter qualitativo. Utilizou-se de autores, como: Almeida (2020), Brandão (1991) e Freire (1996); em diálogo com de Lei 10.639/2003 referente à educação para as relações étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. De acordo com os resultados, as práticas educativas vinculadas ao Ensino Religioso nas escolas ainda vêm se caracterizando historicamente como “ensino cristão”, descontextualizado, privilegiando saberes eurocêntricos ocidentais em detrimento das realidades que circunscrevem as escolas. Conclui-se que a atualização e a proposição de práticas decoloniais no processo de escolarização é urgente para o fortalecimento de um projeto de sociedade plural e democrático.

Palavras-chave: Ensino religioso. Escolas democráticas. Relações étnico-raciais.

“Dude, i am umbandista!”: religious cultures and antagonismo in school”

Abstract

The present work aims to understand how schools have been dialoguing or not with religious cultures from their daily lives and the subjects that surround them, with emphasis on the experiences arising from the discipline of Religious Teaching. The methodological approach had a qualitative character. Authors such as: Almeida (2020), Brandão (1991) and Freire (1996); in dialogue with Law 10.639/2003 concerning education for ethnic-racial relations and for the Teaching of Afro-Brazilian and African History and Culture. According to the results, educational practices linked to religious education in schools are still being historically characterized as “Christian teaching”, decontextualized, privileging Western Eurocentric knowledge to the detriment of the realities that circumscribe schools. It is concluded that updating and proposing decolonial practices in the schooling process is urgent to strengthen a project for a plural and democratic society.

Keywords: Religious education. Democratic schools. Ethnic-racial relations.

1 Introdução

A narrativa que deu origem ao título do relato: “Cara, eu sou umbandista, eu sou macumbeira” foi tecida por uma estudante da Educação de Jovens e Adultos (EJA), em uma escola municipal, quando pesquisávamos acerca das abordagens pedagógicas advindas da disciplina de Ensino Religioso. A estudante, à época, fazia críticas a posturas discriminatórias de um docente sobre a sua orientação religiosa dentro da sala de aula. Dando prosseguimento a sua narrativa, ela expôs: “[...] sabe o que é o seu professor tá falando da sua religião? Falando mal da sua religião e fica soltando piadinha?” (Maria. Entrevista concedida em 2019)¹.

Diante de tal narrativa, esse trabalho tem como objetivo compreender como as escolas vem dialogando ou não com as culturas religiosas a partir de seu cotidiano e dos sujeitos que a envolvem, com destaque para as experiências advindas da disciplina de Ensino Religioso.

Com isso, é preciso mencionar, pelo menos, dois documentos fundamentais no trato do Ensino Religioso nas escolas públicas brasileiras, a saber: A Lei de Diretrizes e Bases, de 1996 e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (2004), esta, fundamentada através da Lei 10.639 de 2003. De acordo com Aguiar (2003), estudioso da LDB de 1996, no trato dos princípios e fins da educação nacional, a educação deve prezar pelo respeito à liberdade, à valorização de experiências não-escolares e à vinculação entre a educação que é mediada na escola com as práticas sociais. Em relação ao Ensino Religioso, ganha relevo o respeito à diversidade religiosa do Brasil², ponto fortalecido através de documentos oficiais posteriores a sua publicação, incluindo os Parâmetros Curriculares Nacionais, na década de 1990 e a própria Base Nacional Comum Curricular publicada em 2017.

Ao nosso ver, para além da “legalidade”, estamos frente a exigências históricas e inadiáveis, sobremaneira quando lidamos com racismos múltiplos e educação/formação em espaços públicos. Ainda lembramos que, nos últimos anos,

¹Os nomes utilizados durante a pesquisa são fictícios.

²Importante destacar que o Ensino Religioso é facultativo e que as entidades civis devem ser levadas em conta para dialogar com os conteúdos escolares.

a noção de democracia tem sido abordada, disputada e, em muito, confrontada por conjunturas conservadoras, de extrema direita e extremamente autoritárias no trato das relações às diferenças culturais.

O relato está organizado da seguinte forma, no primeiro tópico abordamos a abordagem metodológica; posteriormente, analisaremos os resultados e as discussões acerca das práticas educativas na área do Ensino Religioso, adentrando o “chão” da escola, em diálogo com as referências bibliográficas. Por fim, as considerações finais.

3

2 Metodologia

A abordagem teve caráter qualitativo, de acordo com Minayo (2007), trata-se de um tipo de pesquisa que se preocupa com problemas particulares, levando em conta os significados, os valores, as crenças e os motivos relativos a determinados fenômenos sociais. Inspirada, ainda sim, na perspectiva compreensiva do conhecimento, tomando como fundamental a análise do objeto de estudo a partir das experiências, das linguagens, dos símbolos e dos valores no cotidiano das relações sociais, além de seus contextos históricos.

O estudo reuniu um conjunto de nossas experiências, como educadora e educador, no campo das práticas educativas escolares públicas, tomando como principais procedimentos de campo: a observação com registro em diário de campo e intervenções pedagógicas durante a área de Ensino Religioso em uma turma do 5º ano do ensino fundamental.

3 Diversidades religiosas e a (des)construção de escolas democráticas

Os resultados e as discussões fazem parte de um recorte temporal das nossas experiências educativas que circunscrevem os anos de 2020 e de 2021, enquanto pesquisadores e educadores, junto à disciplina de Ensino Religioso em uma turma do 5º do ensino fundamental.

De modo geral, das experiências observadas e vivenciadas, nos últimos anos, por vezes, sistematizadas no contexto escolar (tanto dentro como fora da sala de aula), possibilitaram-nos a identificar algumas problemáticas do ponto de vista formativo escolar, como: a) tornar a disciplina de Ensino Religioso uma matéria que abordava os valores humanos, sem mencionar as manifestações religiosas e/ou espirituais; b) “aproveitar” o curto-espço de tempo da disciplina para se “ocupar” com a Língua Portuguesa em prol das avaliações externas; c) insultos e/ou xingamentos, discriminações com as religiões de matriz africana e afro-brasileira, dando liga aos racismo relativo à população negra; d) recusa à disciplina, por parte de alguns/mas estudantes, devido às discriminações sofrida por eles/as por fazerem parte da população Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros/Travestis, Queer, Intersexuais e Assexuais (LGBTQIA+); e) pessoas externas à escola fazendo trabalho de evangelização, pautadas no proselitismo; f) orações cristã nas acolhidas e em sala de aula; g) imagens de santos e outros símbolos referentes, sobretudo, as manifestações cristãs, em geral; h) associação e ameaças de castigos em relação aos/às estudantes sob a ótica cristã; i) ausência e/ou fragilidade de discussão e formação continuada em relação ao Ensino Religioso³.

Esses cenários nos sinalizam preocupações se partimos da concepção de escolas democráticas e progressistas. De acordo com nossa Constituição de 1988, o Estado brasileiro é laico, ou seja, não confessa uma religião. Contudo, o que percebemos, ao adentrar em instituições públicas, são símbolos cristãos, desde o crucifixo fixado nas paredes⁴ até um “pai nosso” antes de começar uma aula⁵. Filizola e Botelho (2019, p. 69) ressaltam que a: “Constituição de 1988 que diz que o Estado é laico e que a intolerância religiosa é crime conforme a Lei 7. 716/8912[...]”, deixando explícito a laicidade do estado, contudo, o que observo é que há abertura apenas para uma manifestação religiosa se fazer presente nas instituições

³Não generalizamos as experiências que vivenciamos, muitas ações têm sido positivas; mas, no geral, ainda há muita fragilidade para trabalharmos de modo coerente com a área.

⁴Como é o caso do Congresso Nacional que dispõe de um crucifixo cristão na parede de seu prédio. Tal símbolo representa a máxima da filosofia cristã.

⁵Observação realizada em uma sala de aula da Educação de Jovens e Adultos (EJA) II, na rede pública do município de Fortaleza/CE, ao começar a aula a docente responsável pela turma, rezava o ‘Pai Nosso’, oração cristã.

educacionais, que são as religiões de caráter cristão. Então, por que não há abertura para as demais manifestações religiosas dentro da escola?

De acordo com os nossos estudos, o Brasil se constitui, ainda, como uma sociedade colonizada pela presença marcante da igreja católica apostólica romana, impondo a diferentes povos sua cosmovisão⁶. A esse respeito, o professor Abdias Nascimento (2016, p. 62) torna nítido o papel da igreja católica na escravização “Em verdade, o papel exercido pela Igreja Católica tem sido aquele de principal ideólogo e pedra angular para a instituição da escravidão em toda sua brutalidade”. A partir dessa presença efetiva e com ideias de superioridade, o cristianismo atravessou diversas esferas da sociedade brasileira, como a inserção do ensino religioso na educação brasileira, sobretudo nas escolas. Como afirmam Pereira e Júnior (2019, p. 119):

No Brasil, a história escrita e repassada nas escolas enfatiza o homem branco como aquele que veio para civilizar (lê-se cristianizar) os povos nativos, categorizados como selvagens e pagãos, e em outro momento, escravizar os povos africanos pela demanda de produção em massa das mercadorias da colônia, justificada pela premissa racista de inferioridade do povo preto diante do branco.

Diante disso, a escola fazendo parte dessa sociedade, constitui-se enquanto reprodutora das ideologias discriminatórias e racistas, não permitindo que outras formas de religiosidade, de saberes e de ser adentrassem em seus ambientes físicos e simbólicos. Essa educação institucionalizada que parte da perspectiva de uma história única, tende a criar estereótipos dos grupos oprimidos, fazendo com que diversos povos sejam lidos a partir da visão de mundo de quem os oprime, ou seja, lidos como objeto e não como sujeitos. Chimamanda Ngozi Adichie (2019, p. 22) reflete que: “É assim que se cria uma história única: mostre um povo como uma coisa só, sem parar, e é isso que esse povo se torna”.

Nesse cenário, a escola enquanto instituição pública, ao privilegiar apenas uma cosmovisão, cultura e história, exclui de seus ambientes outras formas de ser e

⁶ A respeito da cosmovisão, Mestre Nego Bispo ressalta que: “[...]faz-se por bem entendermos que as populações desenvolvem sua cosmovisão a partir da sua religiosidade e é a partir dessa cosmovisão que constroem as suas várias maneiras de viver, ver e sentir a vida.” (SANTOS, 2016, p. 38).

saber, outras possibilidades de entender o mundo. Diante disso, cabe a nós educadores/as e educandos/as colocar em questão essa ciência dita e imposta como única. Pereira e Junior (2019, p. 113) enfatizam que “[...] é necessário questionar o lugar da ciência ocidental, das epistemologias brancas e sua soberania na educação escolar”. Para além de questionarmos essa centralidade, faz-se urgente abordarmos novas epistemologias, pedagogias e formas de ver a educação, isso requer de nós compromisso político, estudos e engajamento.

6

Ao nosso ver, perante a tais constatações, é necessária uma permanente vigilância acerca dos nossos currículos escolares para que possamos abranger as demais formas de ser, saber e sentir. Contudo, ainda que a Lei 10. 639/03 tenha caráter obrigatório não consegue ganhar força no chão da escola para que seja efetivada de fato. Com isso, faz-se emergente trabalhar nas escolas, nas diversas disciplinas e no Ensino Religioso os conceitos filosóficos dos diversos povos. Constituindo-se como indispensável as pedagogias anticoloniais, que possamos contemplar no Ensino Religioso e nas demais disciplinas da Educação Básica e do Ensino Superior, as diversas possibilidades de saberes, de percepções dos modos como esses corpos silenciados possam se expressar e pronunciar a palavra que lhes fora negada. Nessa análise, nos aproximamos do Mestre Nego bispo (2015, p.27), pois acreditamos como contra colonização “[...] todos os processos de resistência e de luta em defesa dos territórios dos povos contra colonizadores, os símbolos, as significações e os modos de vida praticados nesses territórios”.

De todo modo, passamos a refletir algumas práticas que, em conjunto com os/as estudantes e as suas famílias, podem contribuir, ao menos, com uma atenção para esse espaço-tempo-conhecimento que nos falta⁷. Ao entrarmos em uma turma de 5º ano no mês de outubro de 2020, fizemos um levantamento nas duas primeiras semanas com os/as estudantes sobre o que eles/as vinham estudando em seu ambiente virtual. A maior parte, enfatizou o estudo bíblico. Com isso, retomamos as orientações curriculares para organizarmos os nossos dias letivos, já que faltava pouco tempo até o encerramento do ano.

⁷Ao realizar críticas sobre algumas práticas, realizamos em conjunto, entendendo que o nosso aprendizado e reorientação é um movimento em constante mudança e necessário.

A partir disso, realizamos orientações e socializações de nossas legislações e histórias frente aos conteúdos que pretendíamos debater no decorrer da disciplina. Assim, trabalhamos conceitos, como: diversidade religiosa; sincretismo religioso; respeito religioso; etnocentrismo; as populações e as suas respectivas manifestações religiosas e espirituais que vêm contribuindo, ainda hoje, para a formação social no Brasil. Além disso, levantamos junto às famílias as suas manifestações religiosas. Como ainda estávamos utilizando o aplicativo do *WhatsApp*, foram postados fotografias, vídeos e áudios nessa construção como vitrais que nos possibilitavam visualizar no grupo a riqueza da diversidade que se apresentava. Momento importante, já que as famílias estavam no grupo do aplicativo acompanhando as atividades propostas.

De outro modo, houve uma crítica advinda de uma das famílias, em particular, sobre as mudanças na disciplina, pois, para tal família, a disciplina deveria apenas estudar Jesus Cristo e a Ave Maria e não tratar de outras coisas. Acreditamos que houve, de fato, estranhamentos, porque quando estamos lidando com as nossas diferenças culturais, precisamos descentrar os nossos valores na busca de compreender as outras pessoas em suas próprias manifestações. Isso, em nosso ponto de vista, é uma dificuldade nossa de partilhar vidas comuns, mesmo sendo parte da construção democrática de vida, conviver com as diferenças.

Mas, por que, o que é uma sala de aula, afinal? Concordo com Farias (2014), a sala de aula é mais do que um tempo regulamentando, e digo mais, é muito mais do que um currículo “pronto”, “pré-estabelecido”; a sala de aula é um espaço-tempo coletivo que intercruza saberes-fazeres-cultura. Nesse sentido, ensinar não é transferir conhecimento, como diria Paulo Freire (1996), e uma das atribuições da docência é o respeito às identidades culturais dos/as estudantes e suas famílias, porque “A aprendizagem da assunção do sujeito é incompatível com o treinamento pragmático ou com o elitismo autoritário dos que se pensam donos da verdade e do saber articulado” (FREIRE, 1996, p. 42).

Passada a experiência do final do ano letivo de 2020, reiniciamos o ano de 2021 com mais organização e sistematização junto aos conteúdos e às atividades a serem ministradas com a nova turma que chegava. No geral, iniciamos com um

breve levantamento das experiências com o Ensino Religioso, algumas crianças mencionaram o trabalho com os valores, outras com estudos bíblicos.

Posteriormente, construímos um mapeamento das manifestações culturais de cada estudante, de suas famílias, com o uso das fotografias e de entrevistas (gravadas e/ou escritas) sobre as suas manifestações religiosas, seus rituais, seus símbolos, os motivos de suas escolhas. Vale destacar que uma estudante não compartilhou no grupo do *WhastApp* a fotografia de sua família, porque, segundo ela, ainda há muito preconceito com a umbanda, nesse sentido, ela preferiu nos enviar a fotografia de modo particular, não no grupo da escola. Como nos afirma Filizola e Botelho (2019, p. 66), “[...] enquanto estudantes, fomos e somos educados a relacionar tudo aquilo que está ligado ao candomblé como ‘coisa de negro’, ‘do diabo’ e ‘de macumba’”. De fato, o que a experiência nos apresenta está implicada na atitude dessa estudante e tantos/as outros/as, como já traz em sua experiência social contextos de discriminação, utiliza-se de subterfúgios para poder realizar as atividades requeridas.

De outra forma, essa diversidade de apresentação da turma, fez-nos construir um mosaico de debates relativos aos seguintes temas: diversidade, respeito, direitos sociais e culturais, a importância do sincretismo religioso para a nossa população, riqueza histórica e cultural e enfrentamento às posturas etnocêntricas. Para tanto, organizamos os conteúdos curriculares iniciando com as populações indígenas no Brasil, trabalhando as suas espiritualidades, incluindo aqui o levantamento das etnias no Ceará e as manifestações da etnia Tremembé no estado. Utilizamos o canal do Instagram para separar alguns vídeos que abordavam as rezas, as curas e os demais rituais em torno do sagrado. Também foi possível a apresentação, discussão e elaboração textual de documentários⁸ e entrevistas com lideranças indígenas do Brasil. Com isso, transpassamos a nossa História, o trabalho com produções textual, gêneros diversificados e com a Geografia através do uso da cartografia para localizar as etnias no Ceará e no Brasil.

⁸Um dos documentários interessantes se chama FIVE, conta a história de cinco crianças e cinco manifestações religiosas do mundo; apresenta-nos com beleza os seus rituais e as manifestações de fé. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=hQRdLtB2mwk>

Dando prosseguimento, entramos nos conteúdos curriculares sobre as manifestações cristãs no mundo, com destaque para as manifestações que estão mais presentes no Brasil, como o catolicismo e o protestantismo. Retomamos as realidades das famílias para levantar as diferenciações e as semelhanças, tomando como fundamento as escolhas, o respeito e a importância de conhecer a diversidade que se apresenta em nossa cultura. Os trabalhos a partir das temáticas referentes ao Ensino Religioso são diversos, como as produções de arte (pinturas, desenhos, moldura de papel), as produções de gêneros e os estudos a partir de gêneros diversos que retratem essa pluralidade e outros.

4 Considerações finais

Mas, afinal, como podemos pensar a escola e o Ensino Religioso diante dessas experiências? Ao nosso ver, as práticas educativas podem se constituir como ricas de debate e experiência na área quanto mais insistirmos em fortalecer esse espaço escolar-público, laico, plural e diverso.

As nossas contradições e antagonismos para lidarmos com as diferenças culturais é, em parte, fruto de uma formação social que nos foi possível até aqui. Entretanto, é de suma importância chamar a atenção para a atual conjuntura política que atravessa esse país, afetando, sobremaneira, as nossas possibilidades de respeitar diferenças que constituem as pessoas, as suas famílias e as suas comunidades.

É certo, que nossas raízes têm vínculos diretos com o autoritarismo, a violência, o racismo, o latifúndio, o patriarcado e o conservadorismo, já apontando em diversas áreas do conhecimento. De outro modo, a instituição de um estado democrático, sobretudo, a partir de 1988, com a promulgação da Constituição Federal, desafia-nos a mudança de postura, a perspectiva de vida, a outras vias de convivialidade e sociabilidade, sinalizando perspectivas humanistas.

A escola pública, nesse cenário, é central e indispensável na construção de um projeto comum e democrático. Quando faço o recorte das experiências na disciplina de Ensino Religioso, estou intencionalmente interessada em repensar a

nossa cultura, as nossas diferenças e como podemos fortalecer propositivamente as diversas manifestações nos locais em que atuamos.

Referências

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

AGUIAR, Ubiratan. **LDB: memória e comentários**. Fortaleza: Livro Técnico. 2ª ed. 2003.

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaira, 2020.

BRANDÃO, Carlos R. **O que é educação?** 26ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: DF, 2004.

FILIZOLA, Gustavo j. BOTELHO, Denise M. Lei 10 639/03: caminhos para a desconstrução do racismo epistêmico/religioso no ambiente escolar. **Formação Docente**. Belo Horizonte, v. 11, n, 22, p.59-78, set/dez, 2019. Disponível em: <http://www.revformacaodocente.com.br>. Acesso em: 10 fev. 2022.

FARIAS, Isabel Maria Sabino (et. al.). **Didática e docência: aprendendo a profissão**. 4ª ed. Brasília: Liber Livro, 2014.

FREIRE, Paulo. **Direitos humanos e educação libertadora: gestão democrática da educação pública na cidade de São Paulo**. 2 ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz & Terra, 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

PEREIRA, Linconly J. A.; JÚNIR, Will. Encruzilhadas da educação: as epistemologias de terreiro em práticas pedagógicas contra coloniais nos caminhos de implementação da lei 10. 639/03. In: PEREIRA, Linconly J. A; REIS, Marcos V. P. (Org). **Religiões de matriz africana: educação, políticas públicas e laicidade**. Fortaleza, 2020.

SANTOS, Antônio Bispo dos. Colonização, quilombos: modos e significados. Brasília: Unb, 2016. SANTIS, Antônio Bispo dos. **Terreiros de religiões de matrizes africanas é destruído por incêndio e representantes denunciam 'forma brutal de racismo religioso'**. G1 Pernambuco, 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2022/01/03/terreiro-de-religoes-de->

[matrizes-africanas-e-destruido-por0incendio-e-representantes-denunciam--forma-brutal-de-racismo-racismo-religioso-ghtml](#). Acesso em: 11 fev. 2022.

ⁱ**Raquel Carine de Moraes Martins**, ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2949-713X>

Universidade Estadual do Ceará; Centro de Educação; Curso de Pedagogia. Prefeitura de Fortaleza; Secretaria Municipal de Educação; Escola Municipal Paulo Sérgio de Sousa Lira. Pedagoga pela UFC. Cientista Social pela UECE. Doutora em educação pela UFC. Colaboradora do Fórum de Educação de Jovens e Adultos do Ceará. Professora efetiva da rede municipal de Fortaleza e professora temporária da UECE.

Contribuição de autoria: A autora deu início ao texto a partir de seus estudos de doutorado em educação através da Universidade Federal do Ceará (UFC), entre 2017 até 2020; em diálogo com as suas experiências como educadora no atual contexto de pandemia.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0082246515932168>

E-mail: raquel.beserra@uece.br

ⁱⁱ**Davison da Silva Souza**, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8597-4933>

Pedagogo formado pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), pesquisador em educação para as relações Étnico-Raciais, Educação popular e políticas de cotas raciais. Ilustrador. Educando de especialização em Língua Portuguesa, Literatura Brasileira e Infantil.

Contribuição de autoria: o autor colaborou com o texto dialogando com os referenciais de matrizes africanas e afrobrasileiros.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5879358723019951>

E-mail: davisonsouzza20@gmail.com

Editora responsável: Karla Colares Vasconcelos

Como citar este artigo (ABNT):

MARTINS, Raquel Carine de Moraes; SOUZA, Davison da Silva. “Cara, eu sou umbandista!”: culturas religiosas e antagonismos na escola. **Ensino em Perspectivas**, Fortaleza, v. 3, n. 1, 2022.